COMUNICADO DE IMPRENSA

Índex Nacional do Acesso ao Medicamento revela progressos no acesso, mas mais de 90% dos hospitais inquiridos consideram não ter profissionais suficientes no circuito do medicamento

Resultados baseiam-se nas respostas de 36 das 43 instituições hospitalares do SNS de Portugal continental (84%)

- 94% das instituições respondentes já têm consulta farmacêutica implementada, e 97% dispõem de programas de dispensa de medicamentos em proximidade, implementados ou em fase piloto.
- Apesar dos progressos registados, 92% dos hospitais consideram insuficientes os recursos humanos afetos ao circuito do medicamento e metade entende que os recursos existentes não são adequados.
- Ruturas continuam a ser um problema grave para 97% dos hospitais. 47% registaram ruturas com impacto clínico grave. Nesses casos, os impactos mais referidos foram a alteração da terapêutica (53%) e o adiamento de tratamentos (35%).
- Despesa com medicamentos aumentou em 81% dos hospitais, com uma subida média de 12% face a 2024, apesar de todos terem medidas de controlo da despesa implementadas.
- Carga administrativa é a principal barreira ao acesso ao medicamento (72%). Seguem-se o processo de aquisição via SPMS (67%) e a falta de recursos humanos (64%). Ainda assim, os hospitais têm apostado em garantir inovação, proximidade e consulta farmacêutica aos doentes.

Lisboa, 20 novembro de 2026 – O Estudo Intercalar 2026 do Índex Nacional do Acesso ao Medicamento Hospitalar desenvolvido pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) revela que os hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) estão a reforçar os modelos de consulta farmacêutica e de dispensa de medicamentos em proximidade, mas continuam a enfrentar desafios estruturais que dificultam o acesso dos doentes às terapêuticas. 92% das instituições consideram insuficientes os recursos humanos disponíveis no circuito do medicamento e metade entende que os recursos existentes não são adequados às necessidades, proporção que era de 34% no estudo intercalar de 2024.

Apresentados na 18.ª edição do Fórum do Medicamento, que conta com o apoio da AstraZeneca, os resultados baseiam-se nas respostas de 36 das 43 instituições hospitalares do SNS de Portugal continental, o que corresponde a uma taxa de participação de 84%, acima dos 69% registados no estudo intercalar anterior. Com a coordenação científica de Sofia de Oliveira Martins, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, e de Ana Margarida Advinha, da Universidade de Évora, o estudo intercalar aprofunda as áreas identificadas como mais críticas, nomeadamente os recursos humanos, a consulta farmacêutica e a dispensa em proximidade, a despesa, a reorganização dos modelos de gestão, as ruturas e as barreiras ao acesso.

Os resultados evidenciam avanços na implementação de modelos de cuidados mais próximos dos doentes. A consulta farmacêutica encontra-se implementada em 94% das instituições, face a 52% no estudo intercalar de 2024, permitindo um acompanhamento especializado da utilização dos medicamentos. Em paralelo, 97% dos hospitais já dispõem de mecanismos de dispensa de medicamentos em proximidade, incluindo programas em fase piloto (22%), sendo a farmácia comunitária a via mais utilizada para fazer chegar o medicamento ao doente (91%). O alcance destes modelos continua, no entanto, limitado. Em cada instituição, a dispensa em proximidade abrange, em média, apenas 6% dos doentes que recebem medicação hospitalar de ambulatório, demonstrando que existe ainda margem para alargar estas respostas.

Apesar dos progressos registados, a insuficiência de profissionais continua a constituir um dos principais desafios. Segundo o estudo, 92% das instituições consideram não dispor de recursos humanos suficientes no circuito do medicamento e metade entende que os profissionais disponíveis não são adequados às necessidades existentes. Entre as instituições que reportaram situações concretas em que a falta ou inadequação de profissionais afetou o acesso ao medicamento, as principais dificuldades identificadas incidiram sobre a realização de consultas farmacêuticas, a gestão de stocks e a realização de encomendas.

Segundo o presidente da APAH, Xavier Barreto, “os resultados demonstram que os hospitais têm vindo a desenvolver respostas importantes para aproximar os cuidados dos doentes e melhorar o acesso ao medicamento. No entanto, estes progressos precisam de ser acompanhados por condições que garantam a sua continuidade e abrangência”. Para o responsável, “o reforço dos recursos humanos, a simplificação dos processos e uma maior articulação entre os diferentes intervenientes são fundamentais para consolidar estas melhorias e assegurar que chegam a um número cada vez maior de doentes”.

As ruturas de medicamentos mantêm-se como um dos pontos mais críticos, sendo consideradas um problema grave por 97% das instituições (67% dizem afetar todo o tipo de medicamentos e 31% referem afetar essencialmente medicamentos genéricos). Em 2025, 47% dos hospitais registaram ruturas com impacto clínico considerado grave, que levaram sobretudo à alteração da terapêutica (53% destes casos) e ao adiamento de tratamentos (35%), não tendo sido reportada nenhuma situação de suspensão de tratamento. Como soluções mais efetivas, os hospitais destacam a emissão, pela Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica ou pelo INFARMED, de pareceres com alternativas terapêuticas de âmbito nacional (81%), a existência de stocks mínimos e de reservas estratégicas de medicamentos críticos e a obrigação de os titulares de autorização de introdução no mercado disporem de planos de gestão de ruturas (78% em ambos os casos).

“Uma rutura que obriga a mudar a terapêutica de um doente ou a adiar um tratamento deixa de ser um problema logístico e passa a ser um problema de qualidade dos cuidados. Precisamos de mecanismos nacionais que deem respostas rápidas e iguais a todos os hospitais”, salienta Xavier Barreto.

No plano financeiro, a despesa com medicamentos aumentou em 81% das instituições em 2025, com uma subida média de 12% face a 2024, e a oncologia surge como a área terapêutica mais associada a este aumento (93% das instituições que registaram subida). Todas as instituições têm implementadas medidas de controlo da despesa, com destaque para o trabalho sistemático das Comissões de Farmácia e Terapêutica (92%) e para a substituição automática por biossimilares (89%) e por Denominação Comum Internacional (78%). O estudo indica ainda que dois terços (67%) das instituições iniciaram ensaios clínicos em 2025, sendo estes considerados um fator facilitador do acesso ao medicamento por 96% das instituições que iniciaram ensaios clínicos em 2025.

O estudo intercalar de 2026 evidencia também evolução na reorganização dos modelos de gestão, com mais de metade das instituições (53%) a afirmar ter passado por estes processos nos últimos dois anos, sobretudo associados à constituição das Unidades Locais de Saúde (ULS). Todas as instituições reorganizadas reportaram efeito positivo na gestão do medicamento, sobretudo na aquisição (95%), sendo que 68% reportaram impacto no acesso, em todos esses casos o impacto foi positivo.

O peso da carga administrativa mantém-se como a principal barreira no processo de aquisição de medicamentos, identificada por 72% das instituições. Os procedimentos de aquisição através dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) (67%), a insuficiência de recursos humanos (64%) e o procedimento de aquisição do hospital junto dos fornecedores (61%) estão entre as principais barreiras ao acesso ao medicamento identificadas pelas instituições.

O Índex Nacional do Acesso ao Medicamento Hospitalar é um estudo observacional e transversal, com validação técnica da Ordem dos Farmacêuticos e da APFH, que pretende monitorizar a evolução do acesso ao medicamento no SNS e identificar oportunidades de melhoria contínua. A recolha de dados do estudo intercalar de 2026 decorreu entre 15 de julho e 15 de setembro de 2026, com análise dos resultados relativos a 2025.

Sobre a APAH

A Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) é a organização com maior representatividade dos profissionais com funções de administração e gestão na área da saúde em Portugal. Desde 1981, dedica-se a apoiar os administradores hospitalares no desenvolvimento de elevados padrões de exercício profissional, nos múltiplos contextos organizacionais onde desempenham funções, contribuindo para a melhoria do desempenho do sistema de saúde e para a qualidade e excelência dos resultados em saúde em Portugal.

Sobre a AstraZeneca

A AstraZeneca é uma companhia biofarmacêutica global orientada para a inovação, focada na investigação, no desenvolvimento e na comercialização de medicamentos de prescrição médica nas áreas de Oncologia, Doenças Raras e Biofarmacêutica, incluindo Cardiovascular, Renal e Metabólica; Respiratória e Imunológica e Vacinas e Terapêuticas Imunes. Opera em mais de 100 países e os seus medicamentos inovadores são utilizados por milhões de pessoas a nível mundial. Para mais informações e para conhecer as oportunidades na AstraZeneca Portugal visite www.astrazeneca.com e www.astrazeneca.pt.